

OS CATÓLICOS E O ESTADO NOVO IDENTIDADE E CRISE

*Jaime Nogueira Pinto**

Não se pode compreender a identidade e a aliança entre o Estado Novo e a Igreja Católica, ou aquilo a que críticos e adversários chamarão, pejorativamente, “nacional-catolicismo”, sem perceber as suas raízes históricas, próximas e longínquas.

O apoio do episcopado, do clero secular e congregacional e do povo cristão ao Estado Novo, explica-se, lógica e cronologicamente, a partir da relação de hostilidade entre as forças liberais e democráticas e a Igreja Portuguesa na Primeira República.

Mas a questão é mais substancial e mais antiga: a genealogia das “ilusões do progresso”, de que falava Georges Sorel¹, o racionalismo do catecismo ilustrado do século XVIII e o cientismo do catecismo positivista do século XIX opunha-os, naturalmente, às religiões reveladas, especialmente à doutrina e à fé católicas. E o facto de as coisas terem vindo a mudar num lado e no outro – por vezes graças a uma vaga ignorância conveniente a que vamos chamando pluralismo democrático – não altera o passado.

No *Ancien Régime*, o constantinismo tinha feito da Igreja Católica uma espécie de cúmplice ou de braço ideológico do Trono. As coisas começaram a mudar com o Absolutismo ou Despotismo Iluminado; quando as Luzes fizeram causa comum e foram o instrumento de poder dos ministros soberanos de reis católicos – Choiseul, Aranda, Tanucci, Pombal – na subordinação do poder religioso de Roma ao poder dos reis.

A Revolução Francesa veio reforçar esta tradição regalista, então já claramente anticatólica, com a perseguição e liquidação sistemáticas

* Escritor

¹ Georges Sorel, *Les Illusions du Progrès*, Marcel Rivière, Paris, 1908

do clero e das práticas religiosas. E a tradição ficou: para os republicanos franceses, descendentes espirituais dos jacobinos, os católicos eram “maus franceses” – “Les jésuites? C’est la contre-révolution!”, diria, categórico, Michelet².

A Comuna de Paris (1870-71) fechou igrejas, prendeu mais de 200 religiosos e, em Maio de 1871, fuzilou 24 eclesiásticos, entre os quais o próprio Arcebispo de Paris, Monsenhor Georges Darboy (por sinal, biógrafo de Thomas Becket), que morreu a abençoar os fuziladores.

Os republicanos e os progressistas portugueses sempre se inspiraram em França e nesses seus correligionários, embora na medida modesta dos locais brandos costumes. De qualquer modo, a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, não deixou de inaugurar-se com o assassinio de dois sacerdotes lazaristas, o padre Alfredo Fragues, confessor da Rainha D. Amélia, e o padre Bernardino Barros Gomes, septuagenário e botânico ilustre. Uma multidão de revolucionários civis e marinheiros irrompeu pela Casa dos Lazaristas, em Arroios, e matou-os a tiro e à coronhada.

Depois vieram as leis e os decretos que acabaram com os feriados religiosos – só escapou o Natal, ainda que devidamente metamorfoseado em “Festa da Família Portuguesa”. Os religiosos deixaram de poder usar em público as suas vestes, o ensino da religião nas escolas foi proibido, retiraram-se os crucifixos dos edifícios públicos e baniram-se os nomes de santos dos quartéis.

A resposta moderada dos bispos desencadeou uma guerra entre a República e a Igreja Católica que, embora intervalada, só terminaria com o fim do Regime. A maioria dos dirigentes republicanos pertencia à Franco-Maçonaria e, tal como Afonso Costa (“o Platão” da Loja Montanha e o mais importante e inteligente dos Democráticos), acreditava que, apesar de a Religião estar já “condenada pela História”, neutralizar a sua influência social era uma questão de vida ou de morte para a República.

A Lei de Separação, ao contrário do que o nome podia fazer crer, não pretendia separar e autonomizar a Igreja do Estado e o Estado da Igreja, mas antes subordinar a Igreja à autoridade político-administrativa civil, transformando os religiosos em funcionários públicos. Para isso, era retirado à Igreja todo e qualquer financiamento independente dos dinheiros públicos. Assim, não só a propriedade dos templos passava para o Estado,

² MM. Michelet et Quinet, *Des Jésuites*, Hachette, Paulin, Paris, 1843, pp. 9-10

como todos os documentos religiosos ficavam a depender de aprovação estatal para poderem circular.

Os bispos portugueses reagiram, a Santa Sé também reagiu. Desde logo, recusaram-se a ficar como assalariados do Estado. Também o Papa Pio X protestou e, em curto espaço de tempo, Portugal e a Santa Sé cortavam relações diplomáticas.

Paralelamente a esta acção oficial, legislativa e repressiva, sobre cuja intencionalidade e extensão diferem especialistas como João Seabra e Luís Salgado de Matos, mas que é factualmente inegável, havia a acção directa das bases populares republicanas, ou seja, de elementos ligados à Carbonária e à famosa Formiga Branca (uma espécie de polícia política ou milícia democrática). Esta acção directa de intimidação ia desde o assalto regular de jornais católicos e conservadores à interrupção violenta de reuniões e conferências em organismos católicos, como o CADC; do arrombamento de igrejas e da destruição de imagens, ao roubo e profanação de sacrários e cálices consagrados, como em Lisboa, em 1911, na Igreja Paroquial de Santa Justa.

Esta hostilidade entre a Igreja e a República vai subsistir ao longo dos 16 anos do regime. Terá períodos de escalada – como a seguir à Lei de Separação, quando da oposição e do exílio dos bispos, e nos governos de Afonso Costa e dos Democráticos –, agudizando-se também em tempos de crise, como durante a preparação da intervenção portuguesa na Grande Guerra, alvo de forte contestação popular, ou a seguir a Maio de 1917 e às Aparições de Fátima. Mas conhecerá também tempos mais amenos, com as intervenções autoritárias de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais, ou mesmo por influência de dirigentes mais tolerantes, como António José de Almeida. De qualquer forma, reinará sempre um forte antagonismo entre os católicos e os Democráticos. Quer como simples fiéis, quer quando intervêm na política ou integram formações partidárias para-confessionais, os católicos vão sempre olhar com desconfiança os que os perseguiram ou condenaram à marginalização.

Tal como tinham recebido e apoiado com esperança Sidónio Pais, que em Abril de 1918, a meio do seu curto mandato, alterara a Lei de Separação e reatara relações diplomáticas com a Santa Sé, os católicos vão também receber bem o 28 de Maio, um movimento de composição ideológica mestiça que se apresentava, claramente, contra o monopólio do Partido Democrático.

ACALMAÇÃO E APOIO

O novo regime, conhecido por Estado Novo ou Segunda República, na medida em que não se alterava a natureza republicana da chefia e das instituições do Estado, assentava essencialmente no poder constituinte das Forças Armadas – que, pelo movimento militar de 28 de Maio, se institucionalizaram com Carmona e os seus sucessores na Presidência da República – e no poder Executivo do Chefe do Governo. Salazar e os seus Ministérios geriam o país através de uma Administração Pública, cujo topo era de confiança política, mas que, nos quadros médios, obedecia a critérios de antiguidade e competência.

Os católicos – o Centro e Norte rurais e urbanos – e os quadros oriundos de uma classe média e média alta tradicional, formavam a base de apoiantes do Regime. Até porque muitos católicos e militantes católicos eram figuras-chave desse mesmo regime – como o próprio Chefe do Governo e o núcleo de académicos, geralmente coimbrões, que trouxera para a governação.

É do Centro Académico da Democracia Cristã (CADC) – uma espécie de centro político-intelectual ou de *think-tank* católico e conservador de Coimbra – que vão sair alguns dos dirigentes mais importantes da nova situação. Desde logo, o próprio Ministro das Finanças e, a partir de então, o homem-forte da Ditadura Militar.

Embora não fosse propriamente um “democrata-cristão” no sentido contemporâneo, Salazar era-o no sentido da época, que assim qualificava os políticos católicos que se enquadravam nos princípios dos Papas Sociais e da Doutrina Social da Igreja. A democracia cristã de Leão XIII assentava num catolicismo orgânico, para-corporativo e muito inspirado pela renovação político-filosófica neo-tomista.

Por outro lado, quer Salazar quer os seus companheiros do CADC tinham respirado as doutrinas do movimento maurrasiano e, através de Maurras, de Bainville, de Léon Daudet e dos polemistas da *Action Française*³ (publicação que o Centro assinava), o pensamento contra-revolucionário francês. As direitas e as esquerdas nacionais bebiam então de fontes francesas, contrarrevolucionárias ou revolucionárias, que inspiravam tanto os jacobinos anti-clericais do Partido Democrático como os monárquicos integralistas e os conservadores.

³ Sobre a *Action Française* ver, entre outros: Eugen Weber, *L'Action Française*, Stock, Paris, 1964; Henri Massis, *Maurras et notre temps*, La Palatine, Genève, 1951; Jaime Nogueira Pinto, *Ideologia e Razão de Estado – Uma História do Poder, Civilização*, Porto, 2013; Pierre Boutang, *Maurras, La Destinée et l'Oeuvre, La Différence*, Paris, 1993

O facto de os católicos se terem sentido ostracizados e até hostilizados pelos poderes republicanos e de estes os terem guereado implacavelmente pode levar a uma identificação simplista e acrítica dos católicos, dos antidemocráticos e dos nacionalistas com o restauracionismo monárquico. Mas não foi assim.

Na verdade, os católicos vão, progressivamente, desfazer esse “bloco conservador”, autonomizando a sua identidade e o seu envolvimento na acção política da questão do regime. E perante a quebra da informal aliança, as hostes monárquicas vão manifestar o seu descontentamento, chamando pejorativamente “catolaiscos” aos católicos que aceitam a República. Assim, haverá católicos republicanos como haverá monárquicos agnósticos – tal como houvera monárquicos liberais mações no século XIX. As identidades convergentes distanciavam-se e, por volta do começo da década de vinte, estas distinções eram já bem claras.

Tudo mudava, entretanto, com o fim da Primeira República e com o advento da Ditadura Militar e, depois, do Estado Novo, em 1933.

A adesão dos católicos ao Estado Novo não foi um simples reflexo de geometria política, de definição do amigo pelo inimigo comum. A aproximação que levava, na primeira fase da República, a uma identificação entre catolicismo e monarquismo, e que começara a desfazer-se no tempo de Sidónio Pais, ia ser também ultrapassada pela positiva.

O 28 de Maio seria, para isso, decisivo: embora o regime republicano permanecesse e alguns dos oficiais, sobretudo os mais velhos, estivessem ligados à franco-maçonaria, surgiam sinais de aproximação e entendimento da nova situação com os católicos, como a Concordata de 1928 e o regresso de congregações expulsas. A maioria dos católicos também se revia ideologicamente no programa doutrinário e económico-financeiro da Ditadura Militar – nacionalismo, culto dos valores patrióticos, saneamento financeiro, combate à anarquia e à revolução.

E havia ainda o protagonismo de um intelectual católico então já famoso, Salazar, que iria rapidamente transformar-se na figura central do regime e que, a partir de 1932, seria Chefe do Governo. Salazar teve o cuidado de separar os dois reinos, o de César e o de Deus, e assim o exprimiu ao seu condiscípulo e velho amigo D. Manuel Gonçalves Cerejeira quando os dois se encontraram já na oficialidade das respectivas funções⁴.

⁴ Luís Salgado de Matos, Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, *Análise Social*, nº 160, 2001, p. 834 (citando Franco Nogueira, Salazar, vol. II)

De perseguidos e marginalizados na Primeira República, os católicos passaram a ser apoiantes importantes do Regime. O povo rural, sobretudo no Norte e no Centro, manifestava a sua confiança em Salazar e no Governo do Estado Novo. E para enquadrar e guiar espiritualmente os leigos, criava-se, em 1933, a Acção Católica Portuguesa, firmada no activismo religioso e social. A legislação geral também se alterara e o ensino da Religião e Moral católicas voltava aos liceus e às escolas públicas. A Concordata e o Acordo Missionário de 1940 traduziam um novo patamar e um novo espírito nas relações entre o poder político e o poder eclesiástico. Tudo isto ultrapassava já a mera hostilidade e reacção ao anticlericalismo dos Democráticos.

O quase meio século do Estado Novo (1926-1974) é também um tempo de grandes mudanças na Europa e no Mundo: é o tempo da “guerra civil europeia”, com a confrontação entre os totalitarismos soviético e hitleriano, o tempo da Guerra Civil Espanhola e o tempo da Segunda Guerra Mundial. É, depois, o tempo do princípio da Guerra Fria, da Descolonização e do fim do mundo eurocêntrico. Portugal foi poupado às duas guerras europeias – à de Espanha e à Mundial – mas não escapou às suas consequências, como o fim do euro-mundo e dos impérios europeus.

Também a Igreja Católica ia passar por grandes provas e mudanças: os limites de sofrimento e morte na Europa da guerra e do pós-guerra causaram, para muitos, uma sensação de orfandade da Providência, de triunfo do irracional e do absurdo. Os horrores da Shoa e do Goulag pareciam difíceis de compaginar com a existência de um Deus bom e atento às suas criaturas. Para muitos, o Mal, o Mal absoluto, parecia ser o vencedor, o novo Senhor do mundo.

Vencidos os poderes do Eixo pela intervenção americana e pela tenaz estratégia formada entre os exércitos americanos e soviéticos, as duas novas potências repartiram a Europa, uma a Oeste e outra a Leste, passando também a partilhar a influência perdida pelos europeus no resto do mundo. Uma cortina de ferro caía sobre a Europa Oriental, onde, apoiados pelos militares e polícias soviéticos, os partidos comunistas tomavam o poder e perseguiram sistematicamente as religiões, especialmente a católica e os católicos: na Alemanha de Leste, na Hungria, na Polónia, por todo o lado. Logo a seguir, em 1949, o comunismo triunfava na China.

A diplomacia de Salazar conseguira evitar que a guerra chegasse à Península. Só o longínquo Timor não escapara à invasão dos japoneses

(em resposta aos anglo-holandeses), que entretanto não tocaram em Macau, colado a Hong Kong, que tinham ocupado selvaticamente no Natal de 1941.

Mas ainda que Portugal não tivesse sido envolvido nas teias da guerra, vivera-a de perto, pela Rádio e através dos refugiados e até dos espões que frequentavam os hotéis da Baixa e da Linha. Com os refugiados, chegou a mudança dos costumes e chegaram histórias do resto da Europa. Nada iria ser igual.

Apesar de os comunistas não terem conquistado o poder no Ocidente, o papel que desempenharam na resistência à ocupação alemã dera-lhes um prestígio político novo. Sobretudo em França e na Itália, onde também foram os católicos – com o apoio norte-americano – a erguer uma barreira ao seu triunfo.

Esta tensão dos primeiros anos da Guerra Fria, as memórias da Guerra Civil Espanhola, a feroz repressão na Polónia, na Alemanha Oriental e na Hungria, contribuíram para que, nos anos 50, se formasse na sociedade portuguesa uma linha de resistência à frente popular das esquerdas democráticas, socialistas e comunistas, empenhada nas campanhas eleitorais de 1946, 1949, 1951 e 1958, com o General Humberto Delgado.

Também aqui os católicos tiveram a sua agenda de mudança e se foram dividindo politicamente. Quebrava-se a bipolarização e identificação católicos/regime, oposição democrática/agnósticos ou ateus. E apareciam, ainda que raros, os primeiros sacerdotes e leigos em crítica aberta à Situação e – mais ainda – à própria Igreja Católica em Portugal que, diziam, incapaz de esquecer as ofensas recebidas durante a Primeira República, se deixava instrumentalizar pelo Estado Novo. Estas tendências, ainda que minoritárias, ganhavam apoio entre as elites. Começava a envelhecer e a desaparecer a geração que tinha memória directa das perseguições da República à Igreja e aos católicos. Havia uma revisão de posições entre os jovens, e Portugal – com a isolada Espanha de Franco – era um regime exótico no meio das democracias ocidentais.

O CARDEAL CEREJEIRA

Só no contexto desta evolução, do confronto e mudança de tempos e de vontades no mundo e em Portugal, podemos e devemos julgar o papel do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, que por quarenta anos presidiu aos destinos da Igreja Católica em Portugal.

Luís Salgado de Matos intitulou o ensaio que sobre ele escreveu “Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico”⁵. Na verdade, é difícil encontrar personalidade mais completa e multifacetada, sobretudo numa estrutura tradicional e disciplinada como era a Igreja Católica do seu tempo.

D. Manuel nasceu em Lousado, perto de Guimarães, numa família católica de pequena classe média. Estudou no Seminário de Guimarães, no Liceu Alexandre Herculano do Porto e no Seminário Conciliar de Braga, sempre com excelentes classificações. Em 1912, começou a frequentar a nova Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. E foi em Coimbra que militou – com Oliveira Salazar e Mário de Figueiredo – no CADC. Colaborou em jornais e revistas como *A Palavra*, foi director de *O Imparcial* e escreveu no *Correio de Coimbra*. Doutorou-se em 3 de Janeiro de 1918 com a tese “O Renascimento em Portugal – Clenardo com tradução das suas principais cartas”, ocupando depois vários cargos e regências, como a Cadeira de História Medieval.

A sua formação política – sempre subordinada aos imperativos das suas convicções religiosas e responsabilidades pastorais – é indissociável do Catolicismo Social da transição do século XIX para o século XX, a democracia cristã de então, bastante mais cristã que democrática.

A volta da sua vida vem dois anos depois do 28 de Maio, quando o Cardeal Mendes Belo o traz para Arcebispo de Mitilene e Bispo Auxiliar de Lisboa. Estamos em Agosto de 1928 e o seu amigo e companheiro de Coimbra, António de Oliveira Salazar, vive já em Lisboa, onde ocupa o lugar de Ministro das Finanças.

Os dois companheiros do CADC eram agora figuras importantes. E em breve as mais importantes do país – no Estado e na Igreja.

Com a morte do Cardeal Mendes Belo, D. Manuel Gonçalves Cerejeira é escolhido pela Santa Sé para lhe suceder. E vai ocupar o lugar até que a doença e uma carga de trabalhos e sofrimentos o obriguem, já octogenário, a resignar.

A ideia, depois transformada em *cliché*, de que, por afinidade ideológica e amizade pessoal, o Cardeal Cerejeira teria feito da Igreja Católica e dos católicos portugueses um instrumento de apoio ao poder de Salazar, não resiste a um exame rigoroso à actuação do Prelado e às condições históricas em que se situou.

⁵ Op. Cit.

D. Manuel era, em termos políticos, um conservador. Mas era um conservador lúcido, consciente da realidade social do país, atento aos problemas do clero, dos cristãos e da sociedade. A imagem de um cardeal isolado do povo cristão ou de um pastor dos poderosos, “um príncipe da Igreja”, contrasta com a realidade da sua vida e da sua obra, com a sua permanente atenção aos seus padres, aos seus seminaristas, aos pobres de Lisboa e à evangelização de todos e o seu empenho na renovação dos seminários, na criação da Acção Católica e na acção missionária no então Ultramar.

Viveu um tempo difícil. Nos primeiros vinte anos reinava a ordem e a tranquilidade e a popularidade do Regime entre as classes médias e o mundo rural do Norte e Centro era grande. Nesses anos, D. Manuel consagrou-se à propagação da Fé e à formação do clero diocesano, à restauração e fundação dos seminários, ao magistério da palavra, de que deixou amplo testemunho. Depois vieram tempos diferentes: o Concílio Vaticano II, aberto por João XXIII em 11 de Outubro de 1962. A renovação e a aproximação ao mundo instaurada pelo Concílio – de que todos os que crescemos antes e depois dele nos demos conta – gerou também uma crise dentro da Igreja e um forte decréscimo nas vocações, com milhares de sacerdotes e religiosos a abandonarem os votos.

Em Portugal, esses primeiros anos 60 reuniram uma série de factores de mudança e de crise: 1961 foi um ano pleno de conspirações militares e de contestações estudantis e operárias; foi também o ano do início da guerra de África em Angola e da queda da Índia Portuguesa e fechou com o golpe de Beja.

Estes acontecimentos afectaram fortemente a Igreja. Abriu-se um conflito com a Santa Sé por causa da visita de Paulo VI à Índia; chegaram as mudanças litúrgicas e os fiéis dividiram-se em “ortodoxos” e “modernizantes” no debate “político” à sua volta; surgiram entre os jovens católicos da classe média alta de Lisboa e do Porto inquietações contestantes quanto ao que consideravam o “constantinismo” do Cardeal Patriarca; e as críticas ao Governo do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, e o seu conseqüente exílio, abriram também uma dolorosa dissidência.

TEMPOS DIFÍCEIS

Tudo isto foi politizado e usado por aqueles que, de um lado e do outro do espectro ideológico, sobrepuseram a ideologia e a agenda polí-

tica aos aspectos religiosos. Questões que, para os fiéis, bispos e sacerdotes, envolviam graves problemas de consciência e até de caridade fraterna dentro da comunidade, eram manipuladas e aproveitadas como armas de arremesso.

D. Manuel Cerejeira esteve no fulcro deste ciclone: os “progressistas” atacavam-no, acusando-o de ser um brinquedo ou um instrumento dócil do Estado autoritário, um cúmplice da repressão, ou um daqueles falsos profetas farisaicos, que deixava de ter olhos para ver e ouvidos para ouvir quando lhe convinha. Os ortodoxos do Regime, pelo contrário, queixavam-se da sua falta de poder disciplinador em relação aos contestantes, como os padres do Seminário dos Olivais, ou o Padre Felicidade Alves. O próprio Salazar, teria uma vez comentado com ironia: “Sua Eminência sempre teve um espírito mais liberal que o meu...”⁶

Como escreve Luís Salgado de Matos, sintetizando o drama do Patriarca:

“Cerejeira não pode mudar de quadriga a meio do prélio. O preço que paga, porém é elevado. É nesta postura – doente, com 77 anos – que vai dirigir a fase pós-conciliar de Igreja. Tem de pilotar as reformas inevitáveis em ambiente de contestação crescente. O abandono do sacerdócio – e das ordens e congregações femininas – é a face visível de uma crise que divide a Igreja universal (e não apenas a portuguesa) entre uma corrente conservadora, que por vezes se deixa tentar pelo integrismo, e uma ala modernizadora, seduzida pelos valores não religiosos. O conflito entre elas crescerá durante o pontificado de Paulo VI”⁷.

Em Setembro de 1968, Salazar sofria o acidente vascular cerebral que o deixaria incapacitado para o Governo. Manuel Cerejeira, doente, apresentara já a Paulo VI o pedido de resignação, pedido que o Papa não aceitara.

No dia 2 de Fevereiro de 1970, no 40º aniversário da sua entrada na Sé de Lisboa, o Cardeal Patriarca dirigia-se assim ao clero, em modo de despedida:

“Julgo poder afirmar, com temor e tremor, ao fim de 40 anos ao serviço de Deus e de vós, à frente da Diocese de Lisboa, que Lhe dei a minha vida e não quero retratar-me. Envelheci no cuidado Dele; mas, ó meu Deus, grito do fundo da alma que é sem-

⁶ Luís Salgado de Matos, A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português, *Análise Social*, nº 150, 1999, pp. 29-90

⁷ Luís Salgado de Matos, Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico, *Análise Social*, nº 160, 2001, p. 824

pre vivo e novo no meu coração, o vosso amor e o do povo que Vós me confiastes. Aproxima-se a hora de Vos chamar, Senhor, como o Apóstolo S. João no último dia: *Veni, veni, Domine Jesu!*"⁸.

Em 25 de Março do ano seguinte o Papa aceitava a sua resignação e, a 10 de Maio, D. António Ribeiro, até aí Bispo Auxiliar, era nomeado para lhe suceder. D. Manuel Cerejeira morreria no Verão de 1977, na casa do Retiro da Buraca que ele próprio fundara.

A CAMPANHA DE ABRIL

Com o 25 de Abril, os elementos revolucionários mais radicais tentaram de novo fazer guerra à Igreja e aos católicos: provocando desacatos contra bispos e sacerdotes, tentando ocupar a Rádio Renascença, orquestrando nos *media* uma intensa campanha destinada a identificar a Igreja Católica com o "fascismo" vencido. Contudo, não se chegou nunca aos extremos da Primeira República. Os tempos eram diferentes e a "questão religiosa" deixara de estar na primeira linha da agenda política.

Mesmo assim, pode dizer-se que aos católicos não faltou coragem cívica nessa hora difícil para a liberdade e independência de Portugal. Importante foi também o papel de alguns elementos do clero do Norte do país, da chamada "Igreja de Braga", no movimento de resistência popular anticomunista, que, no Verão de 1975, revelou um "outro país" que não estava disposto a deixar-se subjugar docilmente.

A CONCLUIR

A atitude dos católicos em relação à política e aos regimes políticos deverá, naturalmente, guiar-se por uma clara noção dos limites, assente na separação do que é de Deus e do que é de César. Mas tendo Cristo enunciado o princípio separador, cabe-nos a nós homens, a nós cristãos, com a nossa falibilidade natural, o nosso juízo deformado pelas paixões e lealdades do mundo, a nossa cegueira e o nosso adâmico orgulho, realizá-lo na prática, no mundo. E se há regimes e modelos intrinse-

⁸ D. Manuel Franco Falcão, O Cardeal Cerejeira, Pastor da Igreja Lisbonense, Lusitania Sacra, 2ª série, 2 (1990), p. 120

camente perversos – como um concentracionarismo à norte-coreana ou um racismo biológico e genocida –, fora destes casos extremos devem os cristãos e os católicos evitar tomar fanaticamente as cores partidárias, tornando-se energúmenos ideológicos – esquerdistas ou direitistas, não importa. No mundo de César deverão, sim, levar para onde forem – para as direitas ou para as esquerdas, entre conservadores ou progressistas, entre liberais ou socialistas – a medida e o sentido cristão do outro e das razões do outro. Isto é, combatendo as ideias erradas, ou que, em consciência, consideram erradas, manter o respeito e a caridade pelos adversários e inimigos que as defendem.

É à luz deste espírito que podem também ser julgados e entendidos os católicos no Estado Novo e do Estado Novo. Sem *clichés* ou conspirações que levem ao assassinio moral, mas com equidade, que é sempre a medida da justiça no caso concreto.

A História – sobretudo a próxima – pode também servir para nos ajudar a entender o perigo dos juízos definitivos e mal formulados.